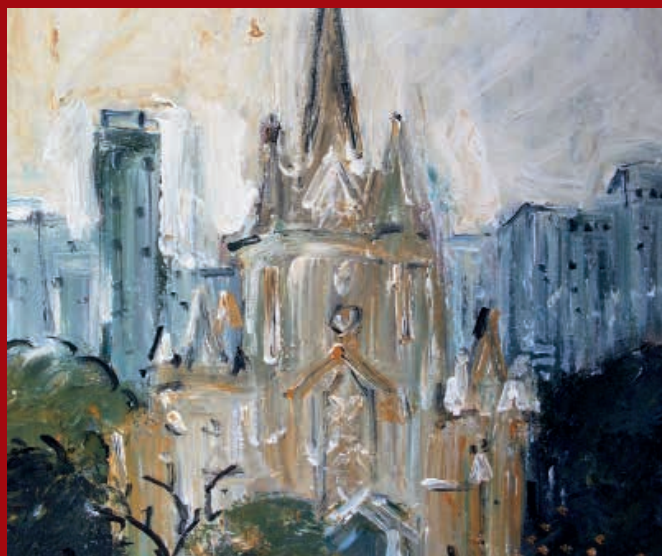


memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano IX - nº 27 - dezembro de 2019
memoriacult.com.br



Minas completa 300 anos em 2020
por Mauro Werkema



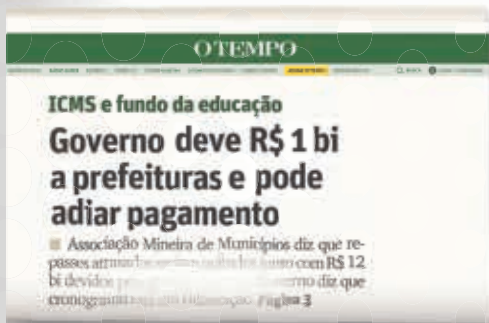
Nova Lima: Tradição e progresso
por Manoel Hygino dos Santos



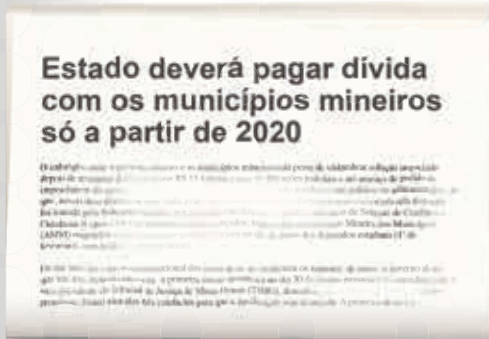
Entrevista:
Acir Antão

OS MUNICÍPIOS MINEIROS DEPENDEM DOS RECURSOS DO ESTADO PARA TRABALHAR EM BENEFÍCIO DE SEUS CIDADÃOS. POR ISSO, **A ASSEMBLEIA CRIOU UMA LEI QUE PERMITE AOS MUNICÍPIOS FAZEREM EMPRÉSTIMOS E USAREM COMO GARANTIA OS REPASSES ATRASADOS.** UM ALÍVIO QUE AJUDA PREFEITOS DE TODO O ESTADO A REALIZAR OBRAS E PRESTAR SERVIÇOS QUE MELHORAM A VIDA DA POPULAÇÃO.

COMPROMISSO



(O Tempo – 14/2)



(Portal BHAZ – 4/2)



(Blog do PCO – 12/2)

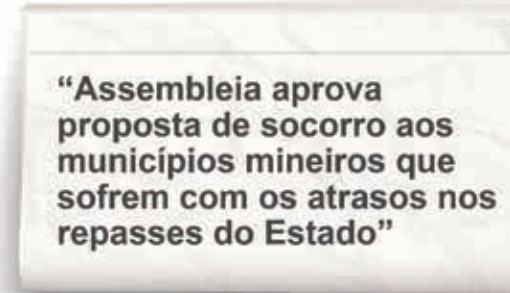
RESPOSTA



(Os Novos Inconfidentes – 7/5)



(O Tempo on line – 6/9)



(Itatiaia – 6/9)



Saiba mais
almg.gov.br/respostas

SOU **minas**
DEMAIS



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS

Poder e voz do cidadão



Neste edição, na capa e na página do artista, Layon, o famoso artista de Mariana, bioquímico de formação, sublime escultor e pintor eclético nos brinda com sua coleção sobre a Belo Horizonte centenária. Tal coleção, pretende ele, entregar a órgão ou entidade que a exponha de forma permanente... Excelente ideia!

Acir Antão, o nosso entrevistado, além de grande artista, radialista e homem de cultura, tem um conhecimento impar sobre estas Minas Gerais, como se verá ali.

O excepcional e culto historiador, desembargador Bruno Terra, mais uma vez nos apresenta seu conhecimento histórico e filosófico sobre o simbolismo do sertão mineiro.

O jornalista e escritor Mauro Werkema , comemora, em seu excepcional texto, os 300 anos desta singular Minas Gerais.

Retomando os cuidados com a memória nacional, o professor Guilherme Queiroz de Macedo, historiador nato, traz textos relativos a trabalho nessa área, que contem, ainda, matérias e artigo dos caros jornalistas Gustavo Werneck , no Estado de Minas, do presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Tavares, no Jornal do Comércio e Manoel Hygino dos Santos, no Hoje em Dia.

Larissa Junqueira de Castro nos mostra, pelo registro fotográfico de São Lourenço, uma memória visual da famosa estância hidromineral do Sul desta Minas Gerais.

Nova Lima, em texto do grande jornalista, professor Manoel Hygino dos Santos, e devidamente exaltada desta vez.


Boa leitura.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

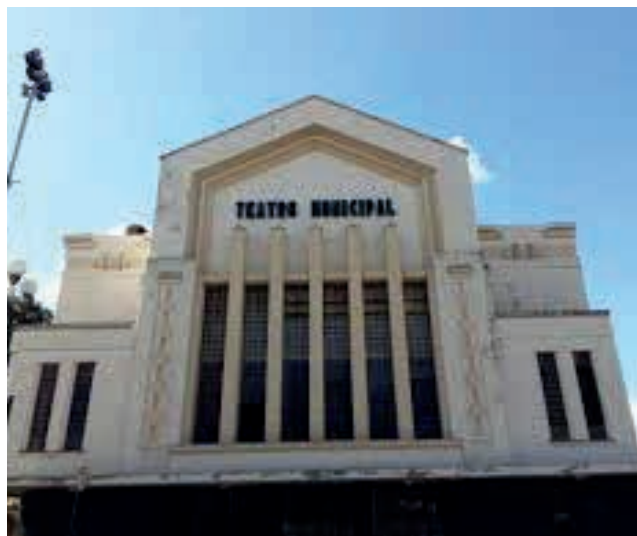


Sumário

Fotografias: Arquivo SXC



24 ...Proteção das Águas Minerais...
por Roger Vieira Feichas



30 Nova Lima: Tradição e progresso
por Manoel Hygino dos Santos

04 Página do Artista
Elias Layon

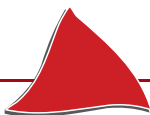
11 Minas completa 300 anos em 2020
por Mauro Werkema

05 Entrevista:
Acir Antão

13 Retomar aos cuidados com a memória
por Guilherme Queiroz de Macedo

09 O Simbolismo do Sertão
por Bruno Terra Dias

20 Memória Fotográfica
por Larissa Junqueira de Castro



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com. A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Prezado Eugênio Ferraz; excelente a última edição da Revista Memória CULT, essa que cuida também da nossa cultura e da nossa memória. Feliz que ainda existam publicações com essa densidade e conteúdo.

Com meu fraternal abraço,

Otávio Di Toledo
Jornalista

REGISTROS

Na edição 26 da Memória CULT no artigo “Montes Claros” de Manoel Hygino dos Santos, as fotografias são de Maria das Dores Guimarães Gomes e Fábio Marçal. No artigo “Tiradentes e o Tempo”, na página 14, na fotografia, onde se lê Escola de Minas, leia-se Palácio dos Governadores de Minas Gerais; na páginas 19, na fotografia, onde se lê Casa de Tomás..., leia-se Casa de Dr. Diogo Pereira De Vasconcelos.

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 26 da Memória CULT trouxe artigo inédito sobre a aparência do maior herói nacional, o Tiradentes, do artista plástico e historiador José Efigênio Pinto Coelho. Confira a edição completa em memoriacult.com.br.

EXPEDIENTE **memória CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano IX - nº27 - dezembro de 2019

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | Elias Layon

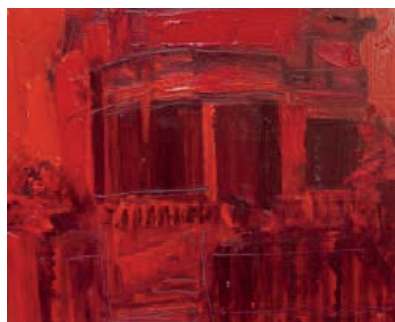
As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Artista da capa

Elias Layon

ELIAS LAYON

Fotografias: acervo do artista



Coleção sobre a BELO HORIZONTE centenária. Tal coleção, pretende Layon entregar a órgão ou entidade que a exponha de forma permanente e zele por sua conservação.

Quem visita a histórica Mariana, em Minas Gerais, deveria, antes de percorrer a cidade, entrar no atelier do artista Elias Layon. De lá sairia com o olhar contaminado por uma imagem poética da cidade que a realidade está longe de proporcionar.

Mais importante do que os casarios coloniais, na pintura de Layon as brumas são seu fundamento constitutivo. No rigor de cada composição, a palpabilidade do mundo desaparece e o motivo das brumas se impõe preponderantemente.

Na sua obra a cor, as linhas e as massas pictóricas refletem a essência dessa toalha fina de neblina fresca, a bruma, em sua profundidade, no seu aveludado, na sua maciez no seu odor.

A cada nova tela do artista, o mundo se dissolve sobre os reflexos da bruma. A cidade parece transfigurada por uma atmosfera mágica. Layon não quer, portanto, revelar os mistérios da cidade, quer torná-la uma terra de mistérios.

Suas telas refletem cada pequeno espaço da cidade, de sua natureza, de suas luzes revelando o que eles têm de mais íntimo e sublime.

Ao mergulhar em cada tela do artista parece que

provamos do hálito de eternidade, levando-nos para além do tempo físico e nos mantendo suspensos numa atenção atemporal, diante de uma visão só possível de ser capturada pelos pincéis do artista.

Sua arte devolve à cidade de Mariana a sua condição perdida, condição poética que é redescoberta e iluminada pela arte, sabendo que é a obra de arte que a torna perene.

O artista realiza o milagre de tornar cada pequeno facho de luz, cada movimento da neblina, cada frescor matinal e folhas de árvores que dançam ao sabor do vento, num edifício imenso de força viva, que transpira uma permanência indefinida. Provamos de uma alegria, que à simples lembrança de suas telas, sempre retorna. Pois, como dizia o poeta Keats, "uma coisa bela é uma alegria para sempre".

Mas nosso artista não apenas é pintor. Layon descobriu, após uma vida dedicada à pintura, a expressão artística da escultura. E essa descoberta da escultura já surpreende em sua riqueza de expressão e qualidade técnica.

Jardel Dias Cavalcanti - Crítico de arte



Acir Antão, a voz do Rádio mineiro!

por Petrônio Souza*

Fotografias: acervo do entrevistado



Acir Benedito Antão bem que poderia ser considerado a voz do Rádio mineiro. Com mais de meio século de atuação ininterrupta, Acir buscou dar voz ao que estava sendo esquecido pelo meio radiofônico diante das transformações do mundo. Sempre representou e relembrou a Belo Horizonte dos primeiros anos, da época em que se subia Bahia e descia Floresta. Incorporado ao dia-a-dia da cidade, seja nos programas de rádio, de auditório ou de TV, Acir representa a cultura mineira e brasileira por excelência, como bem define sua atuação à frente do Clube do Choro, reunindo amigos em uma grande confraternização ao redor do que há de mais autêntico na música popular brasileira. Nesta entrevista Acir relembra um pouco de sua exitosa trajetória, chegando até as atividades dos dias atuais, com muitos shows, sonhos e alguma poesia.



Acir, a sua história se confunde com a do Rádio Mineiro. Quando tudo começou...

Na verdade, sempre fui vocacionado para o Rádio e isso se revelou ainda menino. Minhas brincadeiras sempre envolviam a minha futura profissão: Fazia microfones de latinha de massa de tomate, toda furadinha imitando os microfones de parques de diversões e de igrejas. Fazia teatro, shows com outras crianças e fui crescendo. Logo me tornei locutor da Capela do meu bairro e lá foi o meu grande laboratório. Pois através do Serviço de Alto Falante da Capela de Santa Luzia, eu promovia shows com cantores e conjuntos regionais e todos os dias eu me encarregava de ligar a aparelhagem e fazer daquele serviço de som a minha pequena emissora de rádio. Aprendi cedo datilografia e redigia noticiários sobre a comunidade com notícias de todo mundo. Aniversários, festas, avisos, futebol, truco, tudo virava notícia. Assim foi fácil chegar ao Rádio, ainda aos 16 anos e praticamente me profissionalizei com 18 anos, porque menor não podia ser radialista. Quando cheguei ao Rádio, primeiro na Rádio Minas, sob a direção de Ramos de Carvalho, uma grande figura do rádio brasileiro, pois além da Guarani, trabalhou na Tupi e depois, pela grande fluência em Inglês que ele tinha, foi trabalhar na BBC, e só retornou ao Brasil na década de 50 a convite de JK que se elegera governador e como Ramos de Carvalho era de Diamantina... O Rádio ainda na década de 60 era feito com programas de auditório, com muito jornalismo e bons comunicadores. No Rádio onde tenho 55 anos de serviços prestados já fiz tudo, programação, operação, locução, redação de noticiários e reportagens, além de uma outra função que desenvolvi que foi a comercialização não só de rádio, mas hoje também de TV.

E a música?

Desde a minha adolescência e juventude, a música foi marcante em minha vida. O meu irmão mais velho foi cantor de rádio (Rádio Guarani) e isso facilitou. A luz elétrica chegou a minha casa em 1957, a partir daí acompanhei tudo pelo rádio, os programas de auditório, novelas, jornalismo e os sucessos daquela época, embora já conhecesse as músicas do passado por influência do meu irmão e dos meus pais que cantavam muito dentro de casa e mais as minhas irmãs mais velhas que curtiam os cantores da época. Sempre gostei de história e por isso me dediquei a conhecer melhor os compositores, cantores e como as canções surgiram. Atualmente sou presidente do Clube do Choro de Belo Horizonte, faço shows e nos próximos dias estarei apresentando um projeto inspirado por mim, que será dedicado a memória de Nelson Gonçalves, que completou neste ano de 2019, 100 anos de nascimento.

“...A luz elétrica chegou a minha casa em 1957, a partir daí acompanhei tudo pelo rádio, os programas de auditório, novelas, jornalismo e os sucessos daquela época...”

Acir, hoje a Internet está imperando sobre todas as mídias. Como você faz para manter um programa de rádio com tanto sucesso e ainda com uma versão de TV.

Desde quando surgiu a TV no Brasil, em 1950, prognosticaram que o Rádio estava no fim. E o Rádio ganhou um novo formato, deixando para a TV os programas de auditório e novelas. Devagar a TV se tornou um veículo rápido também no jornalismo. Aferição de audiência do Rádio ainda é feita pelo flagrante da hora, enquanto não descobrimos uma fórmula de aferir audiência pelas redes sociais, que hoje fazem demonstrativo de acessos. A Rádio Globo do Rio, tentando ser moderna, dispensou seus grandes comunicadores e apostou em atores de tevê e foi um grande fracasso. A emissora que estava sempre entre o primeiro e segundo lugares está amargando agora posições nunca pensadas. Continuo fazendo tudo dentro da simplicidade, sem inventar muito, com os bordões que já me marcaram e isso estou levando para a TV.

Daria para você traçar um perfil e as diferenças entre os programas que você apresenta?

Apresento dois programas distintos na Rádio: Um de 9h às 10h, de segunda a sábado, que é de variedades, como: horoscopo, notícias da hora e de interesse das donas de casa, destacando-se mensagens positivas e hora certa. Quem ouve rádio pela manhã quer ouvir também Hora Certa a todo o momento. No domingo apresento programas essencialmente musicais, com samba, choro e a Hora do Corôa. Como fui editor de notícias da rádio e foi nessa condição que lançamos o Jornal da Itatiaia, em 1974, quando inovamos em produzir um noticiário pela manhã de uma hora de duração. O sucesso foi tanto que hoje a duração do Jornal da Itatiaia é de duas horas e meia e logo depois surgiram as emissoras segmentadas como a CBN, a RECORD NEWS e a BAND-NEWS. Na TV faço também um programa de variedades com foco em entrevistas e em um dia da semana, uma entrevista musical.

Você atuou muito nos bastidores da política mineira. Conta um pouco dessa trajetória e dos momentos marcantes que você presenciou na boa e velha política mineira.

Desde quando atuei na Rádio Minas e depois na Rádio Jornal de Minas, hoje Rádio América, exerci o jornalismo no Esporte e na Política, ainda no velho prédio da Assembleia, na Rua Tamoios. Acompanhei todos os governadores de Minas, desde Israel Pinheiro até os dias de hoje. Meu interesse pela política começou quando em uma manhã do dia 25 de agosto de 1961, fui assistir ao Juramento à Bandeira dos novos soldados do Exér-

“...Desde quando surgiu a TV no Brasil, em 1950, prognosticaram que o Rádio estava no fim. E o Rádio ganhou um novo formato, deixando para a TV os programas de auditório e novelas...”

*...O Projeto
do Centenário
de Nelson
Gonçalves,
que será
apresentado em
dois teatros em
Belo Horizonte
e em dois locais
públicos, com
entrada franca...*

cito, no quartel do 12º RI, onde depois com apenas 13 anos de idade fui participar de um show no Rancho dos Soldados e, de repente, uma corneta tocou e o Quartel ficou impedido. Ninguém entrava ou saía. O presidente Jânio Quadros havia renunciado. A partir dali acompanhei tudo na política brasileira e estrangeira também. Estou escrevendo um livro de memórias que começa justamente nesse dia 25 de agosto de 1961. Fiz muitas coberturas como testemunha da redemocratização do país, depois de 1964. Acompanhei duas visitas do Papa João Paulo II ao Brasil. Viajei com Tancredo Neves ao exterior, depois da sua eleição pelo Colégio Eleitoral e fizemos uma grande cobertura para a Itatiaia, da noite do dia 15 de março de 1985, em Brasília, com o drama da internação do Presidente eleito na véspera da posse. Na década de 70 estive presente no desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira com a morte de 64 operários. A cobertura da própria morte de Tancredo no dia 21 de abril de 1985, em São Paulo, onde estive por alguns dias cobrindo fatos do seu tratamento. De tudo que fiz, o mais marcante foi de um fato acontecido numa noite de sábado. Eu fazia um programa de samba à noite e tinha um intervalo entre 23h e 23h30, quando era apresentado o programa Apito Final. A redação estava deserta e atendi um telefonema de um pai desesperado, que teve uma Brasília roubada em frente ao seu comércio, na avenida Brasil. Dentro do carro estava seu filho de oito meses, dormindo. Naquela época o operador da central deixava seu turno as 23h30. O convoquei a ficar para nos dar a cobertura necessária e voltei com o programa, apenas para relatar o acontecido, e só deixei o microfone às 2h30 da manhã, quando os taxistas que fizeram uma corrente pela cidade encontraram o carro abandonado na Praça Floriano Peixoto, com a criança dormindo no banco de trás do automóvel.

Para encerrar, quais são os projetos para esse ano que se inicia?

O Projeto do Centenário de Nelson Gonçalves, que será apresentado em dois teatros em Belo Horizonte e em dois locais públicos, com entrada franca. Haverá também uma festa que vou promover pelos meus 50 anos de Rádio Itatiaia, que será apresentado em um domingo, no mês de julho, em frente ao TIP TOP, com 21 horas de duração. De resto só quero muita saúde e esperança para o ano de 2020.

*** Jornalista e escritor**



O SIMBOLISMO DO SERTÃO

Bruno Terra Dias*

No final do século XV, grandes nações de navegantes dividiram o mundo. Com chancela papal, a fé católica expandiria a todo território fecundo que fosse descoberto. A América, então, olvidava o Brasil. Tordesilhas era o limite original, desobedecido por mais de duzentos anos, até ser firmado o Tratado de Madrid. Gentios superaram o que não foi natural, combinada na Europa, sem seu consentimento. Filhos de cristãos e de mistérios florestais, foram reconhecidos, pela conveniência colonizadora, com títulos de pequena nobreza e logo adensaram o Norte de fronteiras colossais.

Pedaço de chão pisado por ancestrais: índios, negros, brancos de longínquo cais, alguns preando, outros guerreando e fugindo, gente colocada junta ao acaso, entre achegados e inimigos, falando tantos idiomas quanto as mães lhes ensinaram. E vieram mamelucos, pardos, mulatos, cafuzos, caboclos, mestiços de todo sincretismo formando línguas gerais por toda colônia, desde o século brutal dos quinhentos. A porção que margeava, convexa, fazendo encaixe com África, foi chamada de Terra de Santa Cruz. Brasileiros eram os exploradores do pau de tinta rubra, cobiçada por toda a Europa.

Tupis, Tupinambás, Aimorés, Guaranis e nações

sequer sonhadas; português crioulo, línguas gerais do norte, kiriri no nordeste, tupi missionário, paulista das bandeiras e os sete povos das missões. Uma linguagem bárbara, incompreensível, que jesuítas fizeram por aprender em uma gramática esforçada, escrita por Anchieta, para ensinar a fé, até que a metrópole, sob Pombal, os proscrevesse. O desconhecido, acompanhado de aventura, morte, fratura e recomposição de famílias arredadas, aos poucos compensadas pela lassidão tropical. Sem pelos, antropófagos casuais pelos mistérios e valores do caráter do inimigo, sem perdão nem dor, sem um Deus de amor ou leis emanadas de um rei superior, os locais dedicados a rituais escandindo lusitano horror.

O que não beijava o mar era sertão, ignoto continente de inculta gente de feições várias e iletradas, onde a palavra oral é empenhada. Desertos demográficos, um mundo inexplorado e por adivinhar, na busca de ouro, pedras, riquezas que fizeram a alma colonizadora sonhar e novos riscos arrostar. Não havia sinal de gente: apenas mata, cerrado, agreste, seca, doença e morte. Nas curvas de nível, acompanhando morros, nas aventuras do inesperado e nas agruras da maleita, o corpo encharcado e a pele se fazendo grossa.



O sertão era e continua profundo, composto de terras e gentes, falares angustos e descrições copiosas, que nos ouvidos calam suaves e prazerosas. Era o elegante e maravilhoso de Cardim, com homens e mulheres no sem fim, com nações que despovoaram a costa e disseminaram mamelucos pelo continente. Anchieta traduziu, para o tupi missionário, o evangelho, orações e cantos. Havia, ainda, vastos territórios para a fé de El Rey e línguas gerais outras pelo Grão-Pará e Maranhão, acima de Salvador e pelo respectivo interior, abaixo do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelo sul dos guaranis.

De escravos fugidos, ranchos e pilões, renegados, párias, eram as comunidades nos perdidos lugares sem antepassados; sentimento de final da escravidão e do poder dos senhores. Alguns sedentarizados, outros nômades, para nunca serem descobertos e nem atacados, também para cultivar o que na colônia era proibido. Sobreviver da roça, da caça e mineração, do comércio clandestino, do revide e da comunhão, livres de serviços, maus tratos e opressão. À margem, sujeito a combate por um Estado policial, punitivo, preventivo, aliado da destruição, assim fizeram os quilombos um outro sertão.

Repartição de trabalho e de abastança, o dinheiro que fluía para a propriedade se deixava cair das beiradas das mesas. Costumes de dominantes. Mulheres deixadas com seus filhos e posses, não sabendo se a família haveria de tornar a se reunir ou se alguma notícia má inflamaria a algum combate. O engenho era tudo no nordeste e ordenava o universo. Casa grande, senzala e capela, senhor, mulher, filhos e escravos, o tronco, o

poder, o sangue e as almas. Empapado o solo de suores e sangue, impregnada a história. De quantas mortes se fazia um engenho? De quanto trabalho bruto se fazia o açúcar? De quantas lágrimas se fez o barro da capela? Grandeza terrena.

Houve também um Euclides que não era grego, como a terra não era mediterrânea, o inimigo não era macedônio e a luta era, talvez, inglória. A República, com o novo homem de ciência e método, narrando o semiárido de vidas, almas e enfrentamentos. E nosso Euclides acusa em manifesto, como Zola acusou. Monumento literário desbravador, desafio para fortes. O homem, sobre a terra sua, não fica passivo; a terra, sob o peso do sol, quer se entregar ao homem; a argamassa de homem e terra, pisada, explodiu em luta de morte. A história de um massacre resta eternizada no teatro de Canudos, que pouco se conta.

O Sertão está em mim e nos sonhos do Rosa, nos momentos de solidão, quando é melhor pensar que agir, despedir de tudo e abraçar. O sertão está na língua embolada, difícil de tratar, ouvir e dizer, que utilizo para comunicar e outro sertanejo é preciso para compreender. O que digo em línguas gerais, a metrópole elimina da catequese. De longe em longe, diferente se faz o idioma em pronúncia; ouvindo de perto, tudo é novo, reage com temor, espanto e pudor. O sertão é linguageiro, maravilha das terras isoladas do interior, enfrentamento, dor, acasalamento e amor, coragem, sensibilidade, retorno e paz.

* Desembargador

Imagem: pixabay.com/pt/





Minas completa 300 anos

em 2020

Mauro Werkema*

Imagem: pixabay.com/pt/

Em 2020 Minas Gerais completa 300 anos da criação da Capitania de Minas do Ouro, com autonomia administrativa, separada da Capitania de São Paulo, que integrava desde 1709. A criação da Capitania ocorre em meio a acontecimentos históricos que marcam os primórdios de Minas Gerais e que devem ser lembrados. Em 1717, o rei de Portugal, dom João V, nomeou Dom Pedro de Almeida Portugal e Vasconcelos, Conde Assumar, governador geral da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Assumar

instala-se em Mariana, então Vila de Ribeirão do Carmo, e ocupa o casarão anexo à Igreja de São Francisco, conhecido como Palácio de Assumar, que começa a ser restaurado após anos de abandono. Assumar trazia como principal missão organizar e disciplinar a cobrança do quinto do ouro, o imposto que Portugal cobrava da Colônia e que teria que ser pago por todos os mineradores que realizavam a extração do ouro.

A data enseja reflexão sobre os três séculos da História de Minas, desde a ocupação pioneira dos territórios

interiores do Brasil-Colônia, os conflitos políticos e rebeldia dos mineiros, a evolução econômica, social e cultural, as dificuldades ao pleno desenvolvimento até os nossos dias, a contribuição de Minas à nação brasileira. Como também seria importante para estudo sobre as dificuldades por que passa o Estado, embora com rica história e um cobiçado subsolo mineral que gerou a ocupação do seu território e lhe deu o nome. Minas originou-se da mineração e até hoje debate a presença desta atividade no Estado e seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. Do



Ciclo do Ouro, que se inicia nos anos finais do Século XVII, ao Ciclo do Minério de Ferro, hoje bastante discutível, Minas Gerais tem uma longa trajetória que merece estudo e reflexão. Importante ainda é discutir o futuro desejável e as grandes dificuldades por que passa no momento.

O Conde de Assumar encontrou forte resistência dos habitantes quanto à cobrança do imposto. Em 1720, rebelam os moradores de Ribeirão do Carmo (Mariana) e Vila Rica (Ouro Preto), que chegaram a ameaçar Assumar. Refugiado em Vila Rica, o governador armou sua reação, enfrentando o conflitos diversos. O principal deles vitimou Felipe dos Santos, português mas habitante de Minas, minerador e comerciante, que liderou levante. Preso em Cachoeira do Campo, foi executado com ordem de Assumar, transformando-se no primeiro mártir mineiro, morto em meio a luta por autonomia. As condições do assassinato de Felipe dos Santos, se em Cachoeira ou Vila Rica, ainda geram controvérsias. Assumar teria também incendiado as encostas da Serra de Ouro Preto, onde trabalhavam e residiam centenas de mineiros, e que passou à história como “Morro da Queimada”.

Os acontecimentos de 1720 levaram o rei de Portugal, dom João V, por solicitação e indicação do conde de Assumar, a criar a Capitania de Minas Gerais, separando-a de São Paulo. Por esta época a Capitania já tinha numerosa população e vários núcleos urbanos, quase to-

dos com ocorrências de rebeliões e conflitos, dos quais o mais famoso, e mais aguerrido, com muitas mortes e combates, foi a Guerra dos Emboabas, entre 1708 e 1709, entre paulistas, pioneiros na ocupação do território das minas, e portugueses e outros emigrantes que acorreram à região em busca do ouro.

Em Alvará de 2 de dezembro de 1720, determinado por Dom João V, foi criada a Capitania de Minas Gerais

Assumar mudou-se para Vila Rica onde instalou-se no Palácio Velho, de que hoje só restam alguns paredões em ruínas, em região que tem esse nome, próximo ao Bairro de Antônio Dias. O Palácio dos Governadores, hoje pertencente à Escola de Minas da UFOP, só foi construído a partir de 1747. Vila Rica tornou-se então a capital da Capitania e o Palácio da Praça Tiradentes sediou os governos mineiros, no regime colonial, até a Independência de 1822, no período imperial até a República proclamada em 1889, e até 1897, quando a capital mudou para Belo Horizonte. Atribui-se ao Conde de Assumar, que permaneceu em Vila Rica por ape-

nas mais um ano, a publicação de um depoimento dominado “Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720”.

Assumar procura explicar sua conduta, considerada excessiva, dizendo que se viu obrigado a “proceder sumariamente ao castigo”, como a execução de Felipe dos Santos e a prisão de outros sediosos, alguns ricos mineradores e proprietários na região. É documento de elevado valor histórico para a compreensão dos primórdios de Minas Gerais e a gestão colonial portuguesa nos seus primeiros anos, o esforço para estabelecer a administração colonial. E a constante rebeldia mineira, que ocorrerá por todo o Século XVIII, culminando com a Inconfidência Mineira, de 1789, que levou ao enforcamento de Tiradentes, em 1792, no Rio, e o degredo para a África dos inconfidentes.

Em Alvará de **2 de dezembro de 1720**, determinado por Dom João V, foi criada a Capitania de Minas Gerais, separada de São Paulo, com governo próprio e autonomia administrativa. A data está confirmada por pesquisa histórica e requer vários programas comemorativos. E é também particularmente importante para Ouro Preto e demais cidades históricas que também sediaram vários acontecimentos relativos à criação da Capitania e a gestão colonial portuguesa. E deve ser comemorada não só pelo Governo do Estado mas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, prefeituras, instituições históricas e entidades da sociedade civil.

*** Jornalista e historiador**

Retomar aos cuidados com a memória

Guilherme Queiroz de Macedo*

Eugênio Ferraz lança, no próximo dia 08 de novembro, no Auditório da Academia Mineira de Letras, dois volumes da obra “Restaurações Singulares no Brasil e outras experiências acerca do patrimônio nacional”. Trata-se de dois volumes de uma trilogia que nos proporciona importantes e oportunas reflexões acerca de experiências bem sucedidas de restaurações em monumentos históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN. Os dois volumes destacam restaurações efetuadas no final da década de 1980 e início da década de 1990, sendo que o primeiro destaca o Convento dos Mercedários de Belém do Pará e o segundo volume destaca o Teatro Amazonas de Manaus, dentre outros relatos e artigos, enriquecidos com fotografias, croquis e desenhos, enfeixados em ambos os volumes.

Decorridos um ano e dois meses do que pode ser considerado o mais trágico e grave acontecimento relacionado à falta de cuidados com a preservação do patrimônio histórico e da memória nacional – o incêndio que destruiu completamente, no dia 02 de setembro de 2018, o Museu Histórico Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil no período colonial (desde 1763), imperial e republicano (até 1960) – o lançamento das obras de Eugênio Ferraz, retomando experiências bem sucedidas na área, nos traz uma diversidade de boas práticas e considerações em torno da necessidade oportuna e de interesse permanente em retomarmos aos cuidados com a memória, contribuindo sobremaneira para que acontecimentos tão trágicos não ocorram novamente.



O primeiro volume, que traz como destaque a restauração do Convento dos Mercedários de Belém do Pará, o autor apresenta-nos uma multifacetária variedade de experiências em torno de restaurações em monumentos históricos, sobretudo fazendários, que nos levam a refletir sobre a eficácia da implantação de medidas, como os equipamentos de prevenção e combate a incêndios no interior e no entorno das edificações históricas, cujos custos são menos elevados, considerando-se o valor total de um projeto de restauração, mas que evitam a destruição completa de um monumento histórico, contribuindo para a sua preservação.

O volume enfoca ainda, as restaurações da Casa dos Contos de Ouro Preto (objeto de vários livros de autoria de Eugênio Ferraz, mostrados nas capas dos volumes 1 e 2), das Alfândegas de Santos, Manaus, Rio Grande (RS), Porto Alegre; do Palácio da Fazenda (antiga sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro). Além dos aspectos históricos, arquitetônicos e técnicos das restaurações acima, o autor incluiu no volume o processo judicial em torno da posse da Igreja e do Convento entre a Igreja Católica e o então recente regime Republicano, no momento em que a Constituição Republicana de 1891 determinava a separação entre Igreja e Estado, contrariando um dos pilares da Constituição Imperial de 1824, que mantinha com a Igreja uma relação baseada no padroado e no beneplácito.

A apresentação da obra, de autoria de Marcos Paulo de Souza Miranda, destaca novamente os projetos de restauração realizados e coordenados por Ferraz, destacando ainda a sua atuação na implantação do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro na Casa dos Contos de Ouro Preto, na editoração das revistas Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos e Memória Cult, bem como a restauração do histórico prédio da Imprensa Oficial de Minas Gerais, localizado na Avenida Augusto de Lima, no centro da capital mineira.

Recentemente, as instalações da Imprensa Oficial foram transferidas e o prédio encontra-se fechado, o que é lamentável, sendo que deveria ser criado naquele espaço um museu literário no qual o acervo e o enfoque principal sejam os escritores mineiros que dirigiram e publicaram o Suplemento Literário de Minas Gerais, parte integrante do "Minas Gerais", publicado pela Imprensa Oficial desde os primórdios do século XX, para preservar o trabalho de restauração já efetuado por Ferraz há alguns anos, bem como criar mais um espaço cultural para os mineiros e os turistas que nos visitam.

Sobre o Convento dos Mercedários de Belém do Pará, a notícia mais recente é de que a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) a ocupar



o histórico prédio fazendário da antiga Alfândega de Belém, em 2018, em um processo que tramitou desde 2015. Desejamos e esperamos que, em breve, a principal instituição federal de ensino superior paraense implante projetos de ensino, pesquisa e extensão no referido monumento, resgatando o projeto já mencionado por Ferraz na obra *Convento dos Mercedários de Belém do Pará* (1990), de criação de um Centro de Estudos do Ciclo da Borracha, congêneres ao já existente na Casa dos Contos de Ouro Preto.

O primeiro volume, também traz em sua parte inicial, o artigo, intitulado *Cultura, Civilização e História*, de autoria de Bruno Terra Dias, que reitera a importância e a necessidade de retomarmos aos cuidados com a memória, ao afirmar que “sem sua história, desprovido do conhecimento de si, o brasileiro não se distinguiria, sua alma seria vazia, tabula rasa, onde inscrever algo seria desafio a quem ninguém, com pureza de sentimento, provavelmente, acudiria”. No prefácio, Eugênio Ferraz destaca os objetivos do lançamento da trilogia “Restaurações Singulares no Brasil”, cujos primeiros dois volumes já estão concluídos, ao afirmar que se trata de “um projeto que mostra as restaurações de importantes monumentos brasileiros, exemplos de manutenções – ou o resultado de suas ausências – e outros artigos e escritos versando sobre patrimônio histórico, meio ambiente, história e preservação hidromineral”, destacando como exemplos de boas práticas ações como

“repinturas higiênicas e a instalação de hidrantes que protegem o monumento e o seu entorno”, contribuindo para a sua preservação e a prevenção de incêndios, como medidas eficazes de baixo custo e de implantação imediata.

O segundo volume, que traz como destaque a restauração do Teatro Amazonas, localizado em Manaus (AM), o autor apresenta-nos, no segundo capítulo, vários artigos de sua autoria e de outros autores contendo múltiplos e variados aspectos e reflexões em torno de restaurações em monumentos históricos. Destacamos os artigos a respeito da urgência da restauração do Teatro Amazonas, objeto do primeiro capítulo do segundo volume da obra de Ferraz e sobre a Alfândega de Manaus, já enfocada no primeiro volume. O artigo “Valoração Cultural” é um dos mais interessantes, tendo em vista que enfocou o XII Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias, realizado em Belo Horizonte, em 2003, cujo legado constituiu-se de inovações e importantes contribuições para a área cultural, sobretudo pela avaliação pioneira de um imóvel tombado pelo patrimônio histórico – a Casa dos Contos de Ouro Preto – cujo resultado parcial saiu na segunda edição do livro de Eugênio Ferraz, de mesmo título, mas que ainda merece uma publicação mais detalhada a respeito de todo o processo, para servir de subsídio e contribuição aos pesquisadores, profissionais e estudiosos da área. Artigos sobre os aniversários das cidades monumento – Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei e

Fotografia: Empresa “Couceiro, Bibas e Rubim, Arquitetos Associados Ltda.”



do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do qual o autor faz parte, enriquecem o volume, manifestando sempre a preocupação e os cuidados com a memória, marcantes na trajetória profissional de Eugênio Ferraz.

O patrimônio natural também é objeto de destaque no segundo volume da trilogia, com artigos sobre a necessidade de preservarmos, não somente o patrimônio histórico de pedra e cal, mas também o patrimônio natural, constituído pelo meio ambiente, as reservas florestais e os recursos hídricos. O autor também enfoca novos espaços museológicos, os quais combinam uma diversidade de exposições e manifestações artísticas com a natureza, como o Museu do Inhotim, situado em Brumadinho, que ainda se recupera dos trágicos acontecimentos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em janeiro deste ano.

O autor também destaca, em vários artigos enfeixados na segunda parte do segundo volume, o processo de restauração do histórico prédio da Imprensa Oficial de Minas Gerais, localizado na região central da capital mineira, onde surgiu o Suplemento Literário, onde foram publicados artigos, ensaios, contos, crônicas, poesias de autoria de várias gerações de escritores mineiros e de outros estados do Brasil. Atualmente o prédio encontra-se fechado e reiteramos que o edifício poderia abrigar um Museu dos Escritores Mineiros, contendo o acervo do Suplemento Literário de Minas Gerais e de outros estados, dos escritores mineiros e dos demais estados brasileiros e uma biblioteca e centro cultural para que seja usufruído pelos mineiros e pelos turistas que nos visitam.

Na parte inicial do segundo volume, consta a apresentação de Manoel Hygino, jornalista e membro da Academia Mineira de Letras, na qual destaca a atuação profissional de Eugênio Ferraz, durante mais de trinta anos, em seu percurso, marcados pela competência, excelência, interesse e profundo conhecimento acerca da preservação do patrimônio histórico. Hygino salienta que Ferraz: “em todos os projetos em que atuou, soube agir com rigor no que tange à preservação de nossa herança cívica, cultural e artística”, bem como “não mediu esforços, em todas as situações e posições ocupadas, para resgatar o danificado criminosamente ou pelo desleixo administrativo” e que “sua presença e atuação devem ser conhecidas e avaliadas”. Na outra apresentação da obra, escrita por Doorgal Andrada,

membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHG/MG, na qual destaca a atuação de Ferraz como escritor, editor e dirigente de espaços culturais e museológicos, como a Casa dos Contos e Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, afirmando que “Dr. Eugênio Ferraz participa e convive dessas duas virtudes: como escritor e editor de livros, que resgata nossa história, e também como exemplar diretor e coordenador de museus, onde se preservam os reais equipamentos da realidade vivida”.

No Prefácio do segundo volume, de autoria de Eugênio Ferraz, o autor destaca a necessidade e a praticidade de medidas simples e eficazes na preservação do patrimônio histórico, enfatizando os critérios norteadores de seleção dos textos para compor a publicação de ambas as obras, ao considerar que “desta forma, selecionamos alguns poucos materiais que se coadunam com o tema desta obra e também com o tema do primeiro volume, com diferentes e variados enfoques que bem podem atestar a complexidade da recuperação e manutenção de nossos patrimônios em todos os seus aspectos, podendo tal servir para toda a extensão da área pública tão acostumada a relegar a último plano as necessárias manutenções e conservações de suas propriedades, o que faltamente leva a enormes gastos futuros decorrentes de falhas gerenciais, duvidosos e indevidos gastos pessoais ou mesmo o contumaz descaso de administradores destreinados e despreocupados com o patrimônio do público”. O segundo volume da obra de Eugênio Ferraz ainda trazem artigos de outros autores, a respeito dos cuidados com o patrimônio e a memória histórica nacionais, enriquecidos por inúmeras imagens, cujas referências encontram-se ao final do volume.

Os dois volumes constituem um conjunto diverso de informações e reflexões a respeito das boas práticas em restaurações de monumentos históricos, e, o que é mais significativo e importante, nos convida a retomar aos cuidados com a memória. Desejamos que Eugênio Ferraz lance em breve o volume que falta para completar a trilogia de “Restaurações Singulares no Brasil”, enriquecendo ainda mais o debate a respeito de outras experiências que contribuam para novas reflexões a respeito da preservação do patrimônio histórico e da memória nacionais.

***Licenciado em História e Pedagogia – UFMG**

Viver em Voz Alta | O patrimônio histórico e artístico nacional

Rogério Faria Tavares*

Foi somente nos anos trinta do século vinte que o Estado brasileiro começou a se preocupar, de forma sistemática, com a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, surgiram as primeiras iniciativas mais relevantes nesse campo. Criado em 1937, quando Gustavo Capanema era o Ministro da Educação, o Sphan, hoje Iphan, foi conduzido por Rodrigo até 67. Seu legado foi fundamental para preservar a memória brasileira e, sobretudo, para lançar as bases do que se conhece, atualmente, como 'educação patrimonial', que é a consciência, disseminada na população, da importância do patrimônio histórico e artístico para a comunidade brasileira e o seu desenvolvimento econômico e social.

Não há nação civilizada que não cuide – e muito bem – de seu patrimônio. Elas sabem o quanto a sua vitalidade é essencial para formar as novas gerações, dinamizar a economia e atrair os turistas. Uma das marcas do subdesenvolvimento é o abandono ou o desleixo no trato do patrimônio histórico e artístico e a ignorância das autoridades públicas a respeito.

Detentora de cerca de 40% dos bens culturais tombados pelo Iphan no País, Minas Gerais é a chamada 'jóia da coroa' do Patrimônio. Alguns de seus municípios, como Ouro Preto (foto), Diamantina, Congonhas e Belo Horizonte (com o conjunto moderno da Pampulha), têm o seu patrimônio histórico reconhecido internacionalmente, por meio da Unesco. Tudo isso requer, naturalmente, a ação de gestores qualificados e sobretudo sensíveis, que reconheçam o valor da história, da memória e da arte para a afirmação da cidadania. Os mineiros, em especial, têm a sorte de contar com nomes como Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Ângela Gutierrez, Michele Arroyo e Célia Corsino entre aqueles que se dedicam ao tema com rigor e paixão, ao mesmo tempo.

Outro nome que merece destaque na área é o do competente Eugênio Ferraz. Natural da bela cidade de São Lourenço, no sul do estado, e formado em engenharia, Eugênio Ferraz fez carreira no Ministério da Fazenda, onde trabalhou por quatro décadas. Foi o seu superintendente em Minas por quatorze anos. Depois, dirigiu a Imprensa Oficial e o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (Saae) de sua terra natal. Membro do Instituto Mineiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, também integra o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, fundado em 1838. Somos confrades nessas duas notáveis instituições.

Na semana passada, a meu convite, Eugênio lançou, na Academia Mineira de Letras, os dois primeiros volumes da trilogia "Restaurações Singulares no Brasil": o primeiro focalizando sobretudo a restauração do Convento dos Mercedários, em Belém do Pará, destruído por um incêndio em 1978 e recuperado graças ao trabalho sempre sério do autor, em meados dos anos oitenta; o segundo sobre o Teatro Amazonas, de Manaus, a maior preciosidade artística do Ciclo da Borracha. Na palestra que antecedeu os autógrafos, Eugênio explicou, entre outras coisas, como foram as restaurações que liderou, lista que também inclui a Casa dos Contos, de Ouro Preto, prédio que até hoje se encontra em bom estado. São livros a serem lidos e relidos.

***Jornalista e presidente da Academia Mineira de Letras
Publicado no Jornal Diário do Comércio em 15/11/2019**

Eugênio Ferraz lança livro sobre grandes restaurações

Especialista no tema, autor escreveu ‘Restaurações singulares no Brasil e outras experiências acerca do patrimônio nacional’, em dois volumes

Gustavo Werneck*

Minas tem no patrimônio cultural um dos seus maiores e mais valiosos tesouros. Afinal, o estado guarda 60% dos bens tombados no país e figura como primeiro em número de sítios reconhecidos como patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A preservação dos acervos, no entanto, se torna fundamental para valorizar as cidades, atrair turismo, gerar emprego e renda e, de forma bem especial, elevar a autoestima dos moradores. Para falar sobre potencial e desafios, o engenheiro, jornalista e escritor Eugênio Ferraz lançou, em novembro de 2018, no auditório da Academia Mineira de Letras, em BH, o livro *Restaurações singulares no Brasil e outras experiências acerca do patrimônio nacional*, editado em dois volumes. Na oportunidade, ele fará palestra sobre o tema, com entrada gratuita.

Mineiro de São Lourenço, na Região Sul, Ferraz enfoca monumentos de destaque no país e adianta que os livros fazem parte de uma trilogia abrangendo restaurações e apresentando, em imagens e detalhes técnicos, aspectos históricos e outras informações interessantes para especialistas no assunto e leigos. Estão, nas páginas, o Convento dos Mercedários, em Belém (PA), completamente destruído por um incêndio em 1978, restaurado em 1985-87 e atualmente em “estado deplorável”, e o Teatro Amazonas, em Manaus, joia do Ciclo da Borracha e atrativo internacional.

O volume 1 de *Restaurações singulares no Brasil e outras experiências acerca do patrimônio nacional* – Especial Convento dos Mercedários, foi patrocinado pela Cemig, via lei de incentivo à cultura, e mostra também a Casa dos Contos, de Ouro Preto, na Região Central, e várias alfândegas do país que foram restauradas. A obra detalha, conforme o autor, a completa restauração do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês, em Belém do Pará, contendo, ainda, cópia de importante processo judicial movido pela Igreja, no século 19, contra a União Federal pela posse do templo, com conceitos, na recém-proclamada República, que deram origem ao Código Civil Brasileiro.

Já o volume 2 – Especial Teatro Amazonas, de Manaus, patrocinado pela CBMM, também via lei de incentivo, aborda a restauração do Teatro Amazonas e contém ainda textos acerca da experiência do autor em restaurações e preservações. “Manutenção de prédios públicos é muito importante. Se, de um lado, temos o Mercedários de Belém em situação de penúria, de outro, temos a Casa dos Contos de Ouro Preto funcionando perfeitamente”, compara o autor.

DEDICAÇÃO

Especializado em restaurações, Ferraz é membro do Instituto Mineiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com cerca de 20 livros publicados, ele fez carreira, por quase 40 anos, no Ministério da Fazenda, e, nos últimos 14, como superintendente da pasta em Minas, cargo que deixou para assumir a direção-geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais, onde ficou de 2011 a 2017.

Colaborador de jornais e revistas, Ferraz fundou a Revista da Casa dos Contos e a Revista MemóriaCult, da qual é o diretor-executivo e editor-geral. Criou e coordenou por mais de 10 anos o Sistema de Museus de Ouro Preto e o Fórum de Dirigentes Federais em MG, sendo ainda chanceler da Comenda Ambiental de São Lourenço e da Comenda da Liberdade e Cidadania que une São João del-Rei, Ritópolis e Tiradentes, na Região do Campo das Vertentes.

Ferraz dirigiu o Museu Casa dos Contos e o Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, em Ouro Preto, cidade que, em 2020, completará 40 anos do título de patrimônio da humanidade. Minas tem ainda o Centro Histórico de Diamantina, reconhecimento da Unesco que completará 20 anos em dezembro, o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, na Região Central, e o mais recente, o conjunto moderno da Pampulha, em BH.

***Jornalista.**

Publicado no Jornal Estado de Minas em 8/11/2019

Restaurar é preciso

Manoel Hygino*

Nem todos têm tamanho interesse, zelo e carinho por Minas Gerais como Eugênio Ferraz, cavalheiro da melhor cepa, nascido em São Lourenço, lá no Sul do Estado. É o que se pode sentir no dia 8, nesta sexta-feira, quando precedido de palestra – seu passado, suas histórias – ele lançou os dois primeiros volumes da trilogia “Restaurações singulares no Brasil e outras experiências acerca do Patrimônio Nacional”.

Muito a propósito: a reunião foi na Academia Mineira de Letras que, em 2019, completa 110 anos de fundação em Juiz de Fora – depois, transferida para Belo Horizonte. Enfim, o objetivo era concentrar na capital projetada por Aarão Reis a gestão dos interesses da arte literária e propagá-la em todo o país. Não tem sido pouco o esforço, muito sacrifício se exigiu, pela falta de recursos do erário e dos segmentos sociais que poderiam amparar-lhe a trajetória.

Pois Eugênio Ferraz foi um dos aliados da AML, coadjuvando nas edições da revista do sodalício, enquanto diretor da Imprensa Oficial, que deixou de existir em 2017. Um atentado às nossas melhores tradições e à própria história.

No entanto, nem tudo morreu. E a prova está na própria reunião da sexta, em que se ouvirá Ferraz, em sua exposição sobre o que logrou construir durante largo tempo como engenheiro responsável por valiosas obras de restauração em todo o país, conhecendo enfim os dois primeiros volumes da obra que elaborou. É resultado de pesquisas do mais alto significado para uma nação que ainda não soube oferecer o necessário apreço a um legado insubstituível.

A edição que acaba de se liberar com distribuição nacional, isto é, os Volumes I e II – Restaurações Singulares no Brasil e Outras Experiências Acerca do Patrimônio Nacional – já foram distribuídos a bibliotecas e estão disponíveis para o público. O volume I tem apresentações do promotor de Justiça e escritor Marcos Paulo de Souza Miranda e do atual desembargador e escritor Bruno Terra Dias. O Volume II traz as apresentações do jornalista e acadêmico Manoel Hygino dos Santos e do desembargador, também acadêmico, Doorgal Andrada. Todos são unânimes em destacar a importância das obras de Eugênio Ferraz para o resgate e a preservação da história e da cultura das Minas Gerais e do Brasil.

O primeiro volume da trilogia mostra as restaurações de importantes monumentos brasileiros, exemplos de manutenções – ou o resultado de suas ausências – e outros artigos abordando o patrimônio histórico, meio ambiente, história e preservação hidromineral. Nele há ainda um breve resumo de algumas restaurações citadas no projeto e, em especial destaque, a restauração do Convento dos Mercedários de Belém do Pará, monumento histórico completamente destruído por incêndio, e o teatro Amazonas, em Manaus.

***Jornalista, membro da Academia Mineira de Letras.**

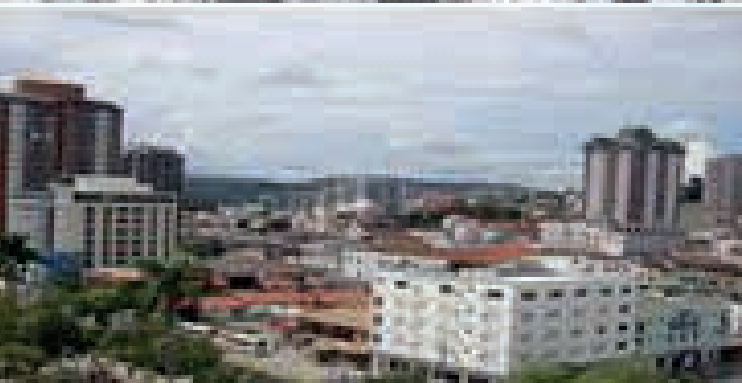
Publicado no Jornal Hoje em Dia em 7/11/2019



Memória Fotográfica

Larissa Junqueira de Castro*

Fotografias: acervo Emílio Rodriguez



Autor de um acervo fantástico de fotografias e registros históricos sobre a cidade de São Lourenço, localizada no sul de Minas Gerais, Emílio Rodriguez ali se estabeleceu e se destacou como pioneiro na arte de fotografar.

Nascido em 1911, filho de castelhanos, era o caçula de três irmãos. Descendente de uma família estabelecida em uma província galega da Espanha, chegou ao Brasil deportado, junto com a família, após a Primeira Guerra Mundial. Com aproximadamente quinze anos, teve o primeiro contato com o mundo das imagens quando trabalhou como ajudante de fotógrafo no Rio de Janeiro. Posteriormente seguiu para Cambuquira, até que conheceu São Lourenço, e viu, na então pequena cidade sul mineira, um recomeço.

Era autodidata. Começou a lecionar espanhol,

posteriormente inglês e esperanto (língua supra idiomas que não vingou). Dono de uma personalidade tranquila, com seu jeito amigo e simpático de ser logo conquistou os moradores da pacata cidade.

Naquela época, década dos anos 1930, um renomado arquiteto francês foi convidado pelo comendador Francisco de Souza Costa para projetar o parque das águas de São Lourenço, que foi inaugurado pelo Presidente Getúlio Vargas em 1935. A cidade surgia no entorno do Parque, com arquitetura absolutamente francesa. A exuberância da natureza fora combinada com o requinte e a sofisticação das fontes e balneários. Foi então, que Emílio encontrou, naquele cenário perfeito, inspiração para iniciar sua carreira de fotógrafo, sendo o precursor na região.







O espanhol mostrou sua destreza, inicialmente fotografando a natureza. Cada singelo detalhe do ambiente, perante seus olhos, se tornavam belas lembranças. Passou a registrar eventos, casamentos, aniversários e batizados com a ajuda de sua funcionária Leonor, mais conhecida como Dona Neném, com quem se casou e teve cinco filhos: Hélio, Daniel, Vera, Emílio e Samuel. Emilinho seguiu os passos do pai e é responsável pela manutenção do histórico acervo.

Como as fotos ainda eram em preto e branco, o retratista contava com a ajuda da irmã e também de sua esposa para colorir à mão as imagens. Elas diluíam papezinhos em favos de ovos que se tornavam aquarelas e o resultado desse trabalho eram lindos cartões postais personalizados e únicos, os quais eram levados para todo o país por turistas, antes chamados aquáticos depois veranistas.

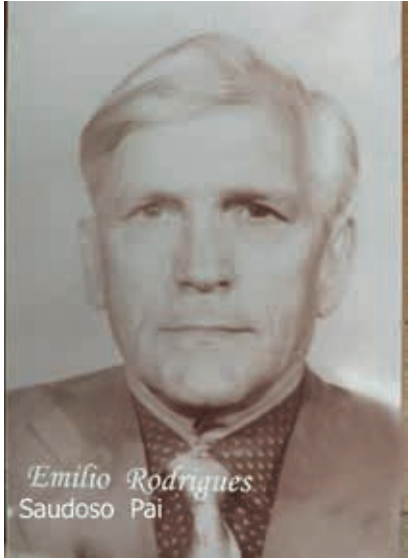
Com a ajuda de seus filhos seu talento era cada vez mais reconhecido e disseminado. Eles levavam o trabalho do pai para o exterior e para colecionadores. Sua arte chegou a fazer parte de CD's de artistas como Gilberto Gil, Moraes Moreira e Belquior.

O fotógrafo ganhou credibilidade e adquiriu a confiança de toda sociedade. Mesmo depois, quando a profissão já era mais comum na região, o hispano era o mais procurado no ramo.

Emílio Rodriguez faleceu aos setenta e dois anos, deixando uma grande família de cinco filhos e doze netos. Dentre eles, seu filho Emilinho deu continuidade ao seu trabalho e guarda consigo milhares dos registros feitos pelo pai, o espanhol carismático de um talento singular que apresentou ao mundo as belezas da famosa estância hidromineral de Minas.

O acervo do artista pode ser adquirido pelo telefone: (35) 9 8867-6107, tratar com Emílio.

***Administradora**



Efeitos disruptivos sobre os meios de proteção das águas minerais no perímetro das estâncias hidrominerais

Roger Vieira Feichas*

Fotografias: pixabay.com/pt/



RESUMO: O presente trabalho lança a tese sobre a impossibilidade de autorização da lavra em locais que haja estância hidromineral e da sua não-manutenção diante da não recepção das normas envolvidas frente a convenção da diversidade biológica.

Palavras-chave: águas minerais; compliance; disruptivos; legislação.

Introdução

A água, antes de qualquer digressão representa a vida' enquanto pressuposto de existência e da sua ma-

nutenção². Sob um critério legal nacional, a água engloba tanto os recursos hídricos quanto as águas minerais. Entretanto, os recursos hídricos e as águas minerais são, hoje, tratados de forma diferenciada no ordenamento jurídico brasileiro, nada obstante estarem sujeitas ao mesmo ciclo hídrico e hidrogeológico.

Neste contexto, o estudo que se segue, com enfoque exclusivo na água mineral, objetiva enfatizar sobre a impossibilidade de extração dela quando inserta no perímetro das estâncias hidrominerais, de forma a se revestir num bem público de uso especial sem a possibilidade de concessão da extração ao particular.

Da definição de estância hidromineral e sua múltipla densidade normativa

Os conflitos socioambientais contemporâneos derivam das múltiplas significações da natureza. Surge, portanto, a necessidade de analisar estes conflitos por meio de um enfoque sistêmico. Partindo deste pressuposto mister analisarmos o conceito legal da Estância Hidromineral, previsto no art. 1º, da Lei n. 2661/55, *litteris*:

Art. 1º Considera-se estância termomineral, hidromineral ou simplesmente mineral a localidade assim reconhecida por lei estadual e que disponha de fontes d'águas termais ou minerais, naturais, exploradas com observância dos dispositivos desta lei e do decreto-lei federal nº 7.841, de 8 de agosto de 1945.

§ 3º - Em qualquer caso, para os efeitos desta lei, é sempre considerado parte integrante da estância o conjunto compreendido pelas fontes, estabelecimentos balneários ou termais e hoteleiros, praças de desportos, parques d'águas, sítios de passeios e logradouros públicos, constantes do plano diretor de melhoramentos da estância.

Por uma singela leitura depreende-se que tal conceito é *plúrimo*, no sentido de abranger vários bens jurídicos sob a temática ambiental, cultural, turística, artística, saúde complementar (crenologia) inclusive cosmopolita, diante da mistura de crença e religiões.

De forma indubitosa, conclui-se que a vida e o desenvolvimento econômico em tais regiões termais coexistem em decorrência diante da existência da água e a conseqüente formação das estâncias hidrominerais, exigindo, assim, contínuo monitoramento como fator de sobrevivência. Tal situação é retratada de forma histórica e criteriosa por Ninis (2006) em sua tese de mestrado.

Veja-se que convalidando tal enfoque multidimensional há em curso processo de tombamento perante o IEPHA-MG³ referente ao parque das águas de São Lourenço/MG, inclusive onde se exorta, de forma inédita, tal

líquido como bem imaterial, visando salvaguardar a sustentabilidade deste complexo.

Diante de tal conjectura, imperioso concluir que, por se tratar de um *locus* de maior atração, por conter tais fontes de águas, inclusive com ação medicinal indicada como política pública de saúde complementar (Portaria n. 971, 03/05/2006, do Ministério da Saúde), faça por merecer uma proteção jurídica diferenciada.

E a conclusão que se obtém exsurge de forma disruptiva, ao se entender que a outorga do direito de exploração nas estâncias hidrominerais além de não ser possível, por ser um bem público de uso especial, não foi recebida pelo tratado internacional ratificado pelo Brasil sobre a Biodiversidade.

A Convenção da Biodiversidade⁴ define material genético como “todo material de origem vegetal, animal, microbiana ou outra que contenha unidades funcionais de hereditariedade”. Recursos biológicos, segundo a referida Convenção, “compreende recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade”, os quais, por sua vez, englobam os recursos genéticos que significam “todo material genético de valor real ou potencial”. Representam, segundo Wolf (1995, pág. 41) “uma armazenagem de conhecimento quer seja nos fenótipos, que constituem a matéria tangível propriamente dita, quer seja nos genótipos que constituem a informação de constituição genética das espécies de plantas e animais”.

Compreende-se, pois, que o que está em jogo é o uso de substratos mínimos de vida, componentes de seres vivos. Por razões óbvias, pois biodiversidade é vida. Água é vida. E, no nosso sistema jurídico, o patrimônio genético, assim como as águas, detêm o mesmo tratamento jurídico conferido a todo bem ambiental, ou seja, bem de uso comum do povo. Dito isto, várias conseqüências jurídicas são extraídas como veremos.

O patrimônio genético significa, portanto, a própria expressão da variabilidade ou das diferenças das formas de vida existentes no planeta, resultado dos pro-

cessos de interação com as diferentes espécies e ecossistemas. Tal motivação reforça as características de inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade, marcando como de interesse público e voltados ao primado da sustentabilidade, os atributos atinentes a esse bem ambiental, subordinados que estão a uma peculiar disciplina para a consecução de um fim público.

Tais bens, nos quais se inclui as águas minerais, e na dimensão das estâncias hidrominerais, agregam a sua condição de bens de interesse público uma outra categoria jurídica para um uso especial e fim exclusivamente público, permitindo ao poder público de forma privativa controlar o uso. Afinal a água mineral é um fator de sobrevivência a tais localidades e liame a concretização de vários outros bens jurídicos.

Desta forma, por se tratar de *locus* com múltipla densidade de bens jurídicos, cujo núcleo essencial é a água, verifica-se que sua gestão deva ser exclusivamente pública, de maneira a se considerar que toda outorga de lavra em tal perímetro seja considerada ineficaz, permitindo a reintegração pelo Poder Público.

Ademais, o primeiro parágrafo do preâmbulo da Convenção da Biodiversidade reconhece o valor intrínseco da diversidade biológica, também em suas dimensões social e cultural. A esta dimensão material se agregam o modo de viver da população e o conseqüente fluxo de pessoas a nível turístico, pois, como se disse, há realização de tratamento de saúde complementar pelas águas e elevada eleição das estâncias hidrominerais como destino principal.

Cabe entender que são sistemas que evoluíram integrada e simultaneamente, o biológico, ambiental, social, econômico e o cultural. Portanto, não se pode conceber conhecimentos tradicionais, biodiversidade e águas senão sistemicamente. Afinal, são também elementos do que se pode ser chamado de megabiodiversidade.

Do mesmo modo, conforme o art. 1º, I, da Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos: “A água é um bem de domínio público”. Isto remete à conclusão de que a água já não pode ser usada livremente por cada um, como um bem privado, e assim como os recursos na-

turais e a sociobiodiversidade também não podem ser considerados simples mercadorias ou matérias primas, porquanto o uso há de ser sustentável, com benefícios compartilhados equitativamente.

E quando se pensa em Estância Mineral mister ressaltar que convergem a presente explanação, como as de Mota (2003, p. 90-91), quando ele afirma que as estâncias hidrominerais detêm:

- 1) valores referentes aos sítios culturais, de significação histórica, cujas características estéticas naturais formam um cenário valioso para a sociedade;
- 2) valores intrínsecos aos ecossistemas, que regulam os processos e os estoques de recursos da natureza, tais como água mineral, as suas propriedades medicinais e o ciclo hidrológico;
- e 3) valores direcionados para a conservação e a preservação da diversidade da natureza.

Sob todo este aspecto se antevê uma correlação da biodiversidade como elemento de proteção das estâncias hidrominerais, de forma a se concluir que todas as normas que permitem a concessão da lavra nestas localidades não tenha sido recepcionadas por tal tratado, que não detêm o status de mero *soft law*⁵.

Dissemina-se, assim, uma concepção do acesso à água mineral como um direito fundamental das populações que vivem da exploração sustentável desse recurso no perímetro das estâncias hidrominerais, em associação com uma outra concepção: a das águas minerais como um patrimônio da humanidade também.

Ademais, justifica-se tal exegese para que se proteja tais localidades da exploração irracional e da visão quanto a ser a água uma mercadoria, de forma a afrontar os direitos humanos e torna-la refém do monopólio hídrico.

Veja-se que na cidade de São Lourenço/MG a exploração da água, que é cercada de falta de transparência, já gerou inúmeros danos como extinção de fontes, além de até mesmo ter havido suspensão da venda de lotes de água pela ANVISA diante da contaminação bactericida acima dos níveis tolerados.



Alguns países, como a Eslovênia, já elevaram a água como um direito fundamental, de modo a desvincula-la do conceito de *commoditie*, volvendo sua gestão ao poder público, assim como outros, a exemplo dos Emirados Árabes Unidos⁶ que proibiu a exportação de suas águas subterrâneas, visando estocagem interna e restrição do uso da chamada água virtual⁷.

Outrossim, não se pode cogitar de regime de propriedade privada das águas no nosso sistema. E mais: o fato da Lei nº 9.433/97, ter estipulado que a água é um bem de domínio público não significa que esse bem pertença ao Estado. A interpretação deve ser harmônica no ordenamento jurídico e a Lei nº 6938/81 diz que o meio ambiente é o conjunto de bens formado pela água, pelo ar, pelo solo, pela fauna, pela flora, pelos ecossistemas, pelos monumentos de valor histórico-cultural, os quais são, em sua maioria, os elementos corpóreos que compõem o meio ambiente. Este, para o nosso direito, é um conjunto de relações e interações que condiciona a vida em todas as suas formas. É, pois, o meio ambiente essencialmente *incorpóreo e imaterial*.

A par de se submeterem o bem ambiental incorpóreo e seus componentes corpóreos a regimes jurídicos distintos e próprios, tem-se que estas legislações específicas, no entanto, não os protegem não sem si mesmo considerados, mas sim, enquanto indispensáveis à proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado,

num necessário concerto sinérgico de bens ambientais para a proteção harmoniosa do todo. Trata-se de um verdadeiro diálogo das fontes.

As águas não são bens ambientais de propriedade do Poder Público. Essa conclusão se extrai da interpretação sistemática do prescrito no *caput* do art. 225, da CF/88. São bens de interesse público, voltados ao bem-estar da sociedade. Não há como desconsiderar essa universalidade e se aplicar ao bem ambiental “água” um regime jurídico diferente do preconizado na Constituição Federal, que é o aplicável ao bem de uso comum do povo, jungido à proteção ao meio ambiente sadio.

Essa universalidade do regime jurídico do meio ambiente enquanto bem de uso comum do povo, agem numa interdependência em tal grau que qualquer alteração na qualidade ou na quantidade de água será sentida imediatamente, em especial, pelas comunidades tradicionais que circundam as estâncias hidrominerais, as primeiras vítimas e, portanto, os mais vulneráveis. Portanto, o bem ambiental água, assim como os demais recursos naturais, detém a natureza de bem de uso comum do povo.

Outrossim, as águas brasileiras submetem-se ao mesmo regime jurídico de bem de uso comum do povo, marcado pela indisponibilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade, não passível de apropriação individual, se sem função social e ambiental, mas tão somente de fruição e gozo

coletivo, e dirigido à qualidade sadia de vida, como constitucionalmente prescrito. No regime jurídico de bem de uso comum do povo, as águas, portanto, pertencem a todos (*res communes omnium*). O proprietário desses bens é o povo; à Administração Pública está confiada a sua guarda e gestão.

E sob a perspectiva das estâncias hidrominerais deve-se exortar o art. 216-A, que prescreve:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Portanto, conquanto a gestão exclusiva da água fique sob responsabilidade do Poder Público, os demais bens jurídicos inerentes ao *locus* – estância hidromineral, pelo crivo participativo.

Com efeito, não há a mínima sustentabilidade, sob o enfoque jurídico em especial, na apropriação privada da água sob tal temática, porquanto a ONU, como já dito, por sua Resolução 64/292, de 28.8.2010 reconheceu o “direito à água potável e ao saneamento com o um direito essencial para o pleno aproveitamento da vida e de todos os direitos humanos”. Mesmo não havendo a previsão constitucional do direito a água, frise-se que ele se extrai por inferência ínsita ao direito à vida e ao meio ambiente, conceitos estes aptos à pretensão exortada, conforme precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos⁸.

Ademais, em matéria de biodiversidade, é importante sublinhar que o art. 22, da convenção da diversidade biológica prevê expressamente a prevalência das normas protetivas à biodiversidade, frente àquelas que as afrontem. Entendemos, por fim, que a convenção da diversidade biológica foi incorporada em nível constitucional, no rol dos direitos fundamentais do art. 5º da

CF/88, em razão da natureza de direito humano fundamental de suas normas, ainda que não se tenha se sujeito ao procedimento previsto no seu § 3º, já que a referida convenção é materialmente constitucional.

Uma, uma vez incorporadas as normas da convenção internacional de direitos humanos no rol do art. 5º, dos direitos fundamentais, por força da intangibilidade prescrita no art. 60, §4º, (núcleo imutável da CF) não seria possível ao Estado brasileiro o ato da denúncia, porquanto todas as normas internacionais que especificam ou ampliam o exercício de um direito ou garantia constitucional passam a compor o chamado “*bloco de constitucionalidade*” (que é a somatória daquilo que se adiciona à Constituição, em razão dos seus valores e princípios - RHC 79.785, rel. Min. Sepúlveda Pertence.), detendo, assim, um caráter supralegal (Min. Gilmar Mendes no RE 466.343-SP), ou seja, firmou-se o entendimento de que tais tratados internacionais possuem (no Brasil) valor supralegal.

Conclusão

Assim, a par da obrigação de assegurar o respeito dos direitos nela protegidos, com medidas positivas por parte dos Estados, exige-se a adequação do ordenamento jurídico interno à normativa internacional de proteção, com o concurso de todos os poderes do Estado, de forma a se resultar na disruptiva exegese *in dubio pro aqua* acima, ou seja, da não recepção da possibilidade de outorga de extração da água mineral nos locais que se amoldem ao conceito de estância hidromineral, por haver necessidade da proteção da água como elemento mantenedor da vida, economia, cultura, saúde e desenvolvimento social do povo, salvaguardando o pretendido efeito intergeracional desejado pela Constituição Federal.

*** Defensor Público no Estado de Minas Gerais. Pós Graduado em Direito Público. Pós Graduando em Direito Digital e Compliance. Membro da Câmara de Estudos de Direitos Humanos e de Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais**



NOTAS

- 1 Cerca de 75% do peso de um músculo é composto por água e o sangue por sua vez contém 95% de água, a gordura corporal 14% e o tecido ósseo 22% (https://pt.wikipedia.org/wiki/Água_corporal).
- 2 É saliente lembrar também que a busca incessante da vida e sua viabilidade noutra planeta se dá, por primeiro, pela existência dela, o que confirma a sua indispensabilidade (https://istoe.com.br/182149_ACHAMOS+OUTRO+PLANETA+AGUA+/).
- 3 <http://www.iepha.mg.gov.br>
- 4 Contemplado no art. 8º, j, art. 15, inc.7 e art. 19, inc. 2 da Convenção da Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 5 de junho de 1992 e ratificada pelo Congresso Nacional pelo Decreto legislativo n. 2, de 3.2.1994, entrando em vigor em 29 de maio de 1994 no Brasil e promulgada pelo Decreto 2.519, de 16.3.1998.
- 5 Vide no artigo infra a síntese de todos os instrumentos internacionais que tratam do direito a água.
<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/projetos/qualidade-da-agua/boletim-das-aguas/artigos-cientificos/o-direito-humano-de-acesso-a-agua-potavel-e-ao-saneamento-basico-analise-da-posicao-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>
- 6 <https://blog.zenithglobal.com/?p=1354>
- 7 <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/brasil-exporta-cerca-de-112-trilhoes-de-litros-de-agua-doce-por-ano-6045674>
- 8 Casos da CIDH: Inter-American Court on Human Rights, Indigenous Community *Sawhoyamaya v Paraguay*, Judgment of March 29, 2006; Inter-American Court on Human Rights, Indigenous Community *Yakye Axa v Paraguay*, Judgment of June 17, 2005; Inter-American Court on Human Rights, Indigenous Community *Xákmok Kásek v Paraguay*, Judgment of August 24, 2010

BIBLIOGRAFIA

- BOSON, Patrícia Helena Gambogi. Quem é responsável pela gestão das águas minerais. Revista do Legislativo nº 34 –maio/agosto de 2002: Águas de Minas II. Publicação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <www.almg.gov.br>.
- Ninis, Alessandra Bortoni. A Ecologia Política e a exploração da água mineral de São Brasília, 2006. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF;
- WOLF, Maria Thereza, *A Biodiversidade na Propriedade Intelectual*, Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, n. 18, set/out 1995;
- MOTA, J. A. Valorização de recursos naturais: expandindo as fronteiras econômicas, restringindo as fronteiras ambientais. In: NASCIMENTO, E. P.; DRUMMOND, J. A. (Coords.). *Amazônia – dinamismo econômico e conservação ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2003;
- Pedro dos Santos Portugal Junior e outros. As diferentes visões empresariais sobre a gestão ambiental: estudo de caso com indústrias de água mineral do Circuito das Águas do Sul de Minas (Revista Debate Econômico, v.3, n.2, jul-dez. 2015);



NOVA LIMA Tradição e progresso

Manoel Hygino dos Santos*



*Plenilúnio de maio em montanhas de Minas:
Canta ao longe uma flauta, e um violoncelo
chora. Perfuma-se o luar nas flores das campinas,
sutiliza-se o aroma em languidez sonora.*

Tradicional Colégio Liceu Imaculada Conceição, atualmente Colégio Santa Maria, Unidade Nova Lima

Os versos são de Augusto de Lima, nascido em Congonhas de Sabará, no Engenho Califórnia, em 5 de abril de 1860 (ou 1859). Exerceu cargos importantes, governador por um escasso tempo e elegeu-se à Academia Brasileira de Letras.

Eis uma longa e rica história, que remonta ao fim do século XVII, quando o bandeirante paulista Domingos Rodrigues da Fonseca Leme chegou à região em busca de ouro. Seguiram-se vários grupamentos de aventureiros e, por volta de 1708, ergueu-se uma capela devotada a Nossa Senhora do Pilar, tombada pelo Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima, padroeira que seria, e é, da cidade.

Em verdade, ouro não faltava e gente continuou chegando de todas as partes do Brasil para extraí-lo.

Não só ali, porque também em Vila Rica e Mariana, esta a primeira capital da capitania, em 1711. O precioso metal era bastante e o lugarejo passou a chamar-se Congonhas das Minas de Ouro, posteriormente Congonhas de Sabará, quando transferido a Sabará como distrito.

Em 1893, já na República, o povoado passou a município e Vila como Vila Nova de Lima, homenagem ao historiador, poeta e político Antônio Augusto de Lima, um dos ardorosos defensores da transferência da sede do governo das Minas Gerais para Curral del Rei. De todo modo, a Cidade de Minas, nome primitivo da futura capital, adotou nova nomenclatura e a Vila passou simplesmente a Nova Lima, com eliminação da palavra “nova”, em 1923.

No próximo dia 5 de fevereiro, a cidade comemorará aniversário de emancipação político-administrativa.





Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar e Teatro Municipal Manoel Franzen



Praça Bernardino de Lima



Torre Alta Vila

Será o 129º de sua “independência”, de que se orgulha a população, que a comemora mui festivamente. E, assim, inserida no contexto da nova metrópole e a seu lado, Nova Lima foi adquirindo suas atuais condições e prerrogativas.

A produção do valioso mineral contribuiu sempre e enormemente para o desenvolvimento da cidade. Mas, por volta da segunda década do século XVIII, houve uma transformação, que resultou da mais alta relevância. A família Freitas descobriu que, em sua propriedade, havia algo disputado em todo o mundo, inclusive do outro lado do Oceano, na África do Sul. Existia ouro, que poderia trazer- como trouxe- novas perspectivas para a terra do poeta-governador. Em torno de 1725, iniciou-se a exploração do nobre metal, mas a família não tinha conhecimento técnico nem disponibilidade financeira para aproveitamento da riqueza, como poderia. A Mina passou a ser conhecida como Mina de Morro Velho

Em 1730, o Padre Antônio de Freitas vendeu a propriedade para o ex-superintendente da Mina de Congo Soco e, em 1834, foi adquirida pela mineradora inglesa Saint John Del Rey Mining Company, que a dirigiu até 1958, e a comunidade assimilou a forte presença da cultura britânica. Algum tempo depois, o controle da Morro Velho foi transferido para acionistas brasileiros, que criaram a Mineração Morro Velho. Com o tempo, a iniciativa prosperou e obteve bons resultados, consagrando-se a mina como a mais profunda do mundo. De lá pra cá, a cidade se transformou, se tornando destaque no cenário mineiro e nacional. Com mais de 90 mil habitantes, é cenário de atraentes roteiros turísticos, gastronômicos, cervejeiro, esportivo e cultural.

A principal atividade econômica é a extração do minério de ferro, responsável por mais de 5 mil dos 46,3 mil empregos gerados. Em 2015, o município exportou o equivalente a 1,79 bilhões de dólares, dos quais 1,04 bilhões tiveram como destino a China.

A extração de minério de ferro responde por 65% das exportações novalimenses, enquanto o ouro ocupa o segundo lugar com 34%. Somadas, as atividades equivalem a 99% de toda a exportação da cidade.

A maior parte das indústrias de Nova Lima encontra-se no Parque Industrial de Bela Fama, próximo à sede do município. Bom dizer que ali se encontra a captação de água do Rio das Velhas, principal abastecedor de água de Belo Horizonte. A região Sul, onde se localiza a Lagoa



Vista panorâmica da entrada do bairro Vila da Serra

dos Ingleses, vem recebendo investimentos industriais, como a planta da Coca-Cola e uma unidade de fabricação de insulinas da Biommm.

A sede do município abriga o centro histórico, as repartições públicas e o comércio. Nessa região acha-se a sede sul-americana da *Anglo Gold Ashanti*. Nas últimas décadas a cidade segue expandindo consideravelmente.

O bairro Jardim Canadá e os adjacentes, por exemplo, também possuem supermercados, lojas — sobretudo de materiais de construção, pedras e demais itens relacionados a obras e reformas. Mas há ainda casas de festas e eventos, sendo- deste modo- uma região que, mais do que a Sede, atende também à população da RMBH.

Ao norte, na divisa com Belo Horizonte, encontram-se os bairros Vila da Serra e Vale do Sereno, que se desenvolveram a partir dos anos 1990, em função da expansão da capital rumo ao Sul. Hoje, ambos os bairros e o belo-horizontino Belvedere são conurbados.

Constata-se que, além de seu excelente potencial econômico, Nova Lima tem uma população imbuída do mais arraigado amor a suas tradições centenárias. As manifestações folclóricas estão incluídas nos costumes e as festas religiosas e cívicas propiciam também momentos de entusiasmo ao público, tanto quanto interesse pelo seu artesanato, música e dança.

Há o que mais se ver: O distrito de São Sebastião das Águas Claras, mais conhecido como Macacos é repleto de pousadas, cachoeiras e bons restaurantes cercados pela natureza exuberante; o Teatro Municipal Manoel Franzen; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na Praça Bernardino de Lima, conta com comple-

ta ornamentação, a tribuna do coro com seus balaústres rendilhados, são de um desenho recortado muito elegante que lembra o Carmo do Sabará; o altar-mor é obra-prima, próxima de São Francisco de Ouro Preto, obras doadas por George Chalmers. Outras construções religiosas do século XVIII: Igreja do Rosário, Capela de São Sebastião de Águas Claras e Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos. Bairro das Quintas: marcado por construções de origem inglesa; Centro de Memória, na antiga casa de Padre Freitas, mais tarde cedida a ingleses, guarda mobiliário, tradições orais, coleção de relógios de parede. Da Torre Alta Vila, centro de entretenimento, avista-se várias cidades da região metropolitana.

Com expressiva área para uso florestal, respeita e defende esse patrimônio. No campo educativo e cultural conta, por exemplo, com o tradicional Colégio Liceu Imaculada Conceição. Mas também há boas universidades e faculdades, como a de Direito Milton Campos, amplamente prestigiada por estudantes de todo o país.

No campo dos esportes, desponta o Vila Nova, clube de grande torcida em termos de futebol. As conquistas do Leão do Bonfim, como conhecido, alegra o time no Penidão, apelido de homenagem ao prefeito Vitor Penido. A Casa de Cultura é um belo espaço para desenvolver, incentivar e aperfeiçoar as atividades de inteligência e de arte.

A despeito das restrições impostas à atividade mineradora com o grave desastre em Brumadinho, em janeiro de 2019, Nova Lima mantém seus projetos e programas. Não pode parar.

***jornalista,
membro da Academia Mineira de Letras**

RESTAURAÇÕES SINGULARES NO BRASIL

e outras experiências acerca do patrimônio nacional



Projeto do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Integração Cultural | INDIC, viabilizado por meio da Lei Federal de Incentivo a Cultura.

São dois volumes que versam sobre restaurações de importantes monumentos nacionais, mostrando em imagens e detalhes técnicos, aliado a aspectos históricos suas trajetórias e recuperações pelo país, resumindo algumas delas e detalhando a do Convento dos Mercedários e sua anexa Igreja das Mercês de Belém do Pará, no volume I e o Teatro Amazonas no volume II.

Contém, ainda, o primeiro volume, cópia de instigante processo judicial do século XIX, cujo resultado deu à Fazenda Nacional, por vários anos, a posse da Igreja. Discussão jurídica, na época da recém instalada república, recheada por conceitos que deram, posteriormente, origem ao Código Civil Brasileiro.

Para adquirir seu exemplar a preço promocional entre em contato: indic.br@gmail.com



Patrocínio | volume I



Patrocínio | volume II



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



memoriacult.com.br

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com